

SOBRE A INSANA OBSESSÃO DO TRABALHO E A DOCE VIRTUDE DO ÓCIO EM O DIREITO À PREGUIÇA (1880), DE PAUL LAFARGUE: UM APELO À SKHOLÈ

ALBORNOZ¹, Suzana – UNISC – suzanaa@unisc.br

GT: Filosofia da Educação / n.17

Agência Financiadora: Sem Financiamento

Y piensan unos que no habría miséria si todos trabajaran. Piensan bien. Pero podrían pensar mejor. La suma de trabajo supera las necesidades de la especie. (Vigil, 1959, p.13)

Ao pesquisar as relações tecidas entre a utopia social, a experiência prática e o pensamento interpretativo do trabalho durante os séculos que constituem o que se convencionou chamar de modernidade, chega-se à crítica do trabalho tal como se dá no mundo capitalista da tecnologia industrial que, segundo Max Weber apontaria no início do século XX, está intimamente ligado à moral protestante, justificadora e estimulante das dinâmicas da economia burguesa. Ao atravessar a crítica do mundo moral e social vindo da revolução industrial no início do século XIX, quando se ultrapassa a gigantesca performance teórico-prática de Karl Marx e Friedrich Engels desenvolvida ao longo daquele século, é-se levado ao encontro daquele pequeno manifesto publicado como *O direito à preguiça* (1880) por Paul Lafargue.

Opúsculo sem pretensão propriamente científica nem rigor filosófico, contudo extraordinário pela grande expressividade retórica e admirável acerto econômico, que de certo modo é também ético, apesar de que nele possam ser detectados alguns excessos de expressão, em relevância política, *O direito à preguiça* só pode ser comparado ao *Manifesto comunista*.

O pequeno e famoso escrito de Lafargue nos lembra que, se não é prudente julgarmos o valor de um texto por sua inserção ou não no paradigma filosófico-científico da moda, também não é lícito julgá-lo por seu tamanho, pois sob muitos pontos de vista, tanto o literário-expressivo e o da força de persuasão, como os da acuidade científico-econômica e da qualidade utópica, no sentido de perspectiva de futuro e antecipação de problemas extremamente atuais mais de um século após sua publicação, as poucas páginas de *O direito à preguiça* superam em relevância milhares de produções auto-intituladas filosóficas ou científicas, que constituem a realidade

1 ?? Professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Santa Cruz do Sul / UNISC.

acadêmica de nosso tempo.

Socialista de origem latino-americana e presença francesa, importante líder do movimento operário europeu, co-fundador do Partido Socialista Francês, o nome de Lafargue não só não consta dos dicionários de filósofos como também não se encontra naqueles que fazem o inventário das utopias, embora o seu famoso ensaio-panfleto seja animado de forte impulso antecipador e transformador, carregado daquele germe de real que ainda não se realizou, soando ainda hoje como provocador quando recomenda a jornada de três horas por seis meses no ano para todo cidadão.

Por vários motivos, parece-me razoável situá-lo entre os autores da grande tradição das utopias, das utopias concretas que movem a história e impulsionam o novo, segundo a reconceitualização e reavaliação procedidas por Ernst Bloch, que já tive ocasião de apresentar.

Esta deve ser a constatação dos leitores mais atentos do manifesto de Lafargue, pois é a posição expressa pelo apresentador da primeira tradução brasileira, que considera a obra herdeira da tradição do gênero das utopias, ao utilizar o paradoxo e a sátira para expressar a crítica social e a proposta de uma outra realidade, julgando haver Lafargue retomado considerações do socialismo utópico enquanto suas fontes remontam aos pensadores clássicos da Antigüidade (Hardman, 1980, p.18).

A atualidade deste inspirado manifesto se manteve intacta no século que passou e é a mesma em nosso tempo de tão radicais mudanças tecnológicas que afetam os modos de vida, de produção, consumo e comunicação, bem como os modos de interpretação do real e de seus sentidos.

As observações de Lafargue e os apelos críticos de seu manifesto soam muito fortes e verdadeiros ainda para os nossos dias, quando o espectro do desemprego ronda o espírito da população jovem mesmo nas regiões mais desenvolvidas ou industrializadas do planeta, talvez mesmo, ainda mais nelas que nas outras, conforme nos quer indicar a atual sociologia do trabalho.

O direito à preguiça nas últimas décadas vem sendo publicado em traduções no Brasil e aqui recebeu apresentações de importantes intelectuais. A primeira tradução brasileira de *O direito à preguiça* veio a acontecer recém em 1980, cem anos após sua publicação na França. Deve ter contribuído para este atraso a dificuldade para a circulação das idéias de esquerda durante a ditadura militar, sobretudo entre 1968 - quando Lafargue conheceu um renascimento de sua obra na França e em outros países -

e 1979, quando o Brasil começou a superar a censura da expressão de idéias, com a anistia política. O nome de Lafargue, no entanto, não era desconhecido do movimento operário brasileiro no início do século XX, e os historiadores interpretam que só a extrema burocratização da vida sindical brasileira ocorrida após 1930 pode fazer entender o longo eclipse de seu nome entre nós. (Hardman, 1980, p.10)

De 1980 para cá, vêm sendo entregues ao público brasileiro algumas traduções e reedições, acompanhadas de introduções ou prefácios assinados por intelectuais de renome. Assim, além da apresentação da primeira tradução, de Francisco Foot Hardman, contamos com as apresentações das professoras de filosofia Marilena Chaui e Olgária Matos, e também dispomos em português da introdução feita por Domenico De Masi, sociólogo italiano bastante conhecido em nosso país.

O pequeno grande texto: excertos comentados

Ponto de partida do veemente manifesto é a constatação da mania que se apossou da classe operária nos tempos modernos, obsessão doida porque se trata justamente de loucura pelo trabalho que, na situação da sociedade industrial capitalista, é alienado em seus aspectos e dimensões humanizantes, conforme já haviam demonstrado as análises marxistas.

Lafargue detecta a estranha paixão pelo trabalho mesmo este sendo aviltante e a denuncia, pois, como insana obsessão pelo que avilta, o que é para entendermos em parte como linguagem retórica, na clave da ironia, mas também consiste em crítica real à tábua de valores que tem o trabalho no cume:

Uma estranha loucura dominou as classes operárias das nações onde reina a civilização capitalista. Essa loucura traz como conseqüência misérias individuais e sociais que há séculos torturam a triste humanidade. Essa loucura é o amor ao trabalho, a paixão moribunda que absorve as forças vitais do indivíduo e de sua prole até o esgotamento.(Lafargue, 2003, p.19)

Os males do trabalho submetem e maltratam as multidões do tempo industrial, sem que os sujeitos tomem consciência do que os oprime. Lafargue constata que a realidade da sociedade ocidental burguesa no capitalismo do final do século XIX

carrega a contradição de, por um lado, prometer e esperar o bem-estar, a riqueza, o reconhecimento social através do trabalho e, de outro, só reservar sofrimento e miséria para as massas trabalhadoras.

A nossa época é, dizem, o século do trabalho; na verdade, é o século da dor, da miséria e da corrupção. (Lafargue, 2003, p.29)

A modernidade havia posto grande expectativa sobre a libertação do excesso de esforço corporal pelas novas máquinas, bem como sobre a superação das submissões próprias dos regimes de servidão e escravidão, pela passagem ao trabalho assalariado nas novas situações de trabalho urbanas e coletivas, nas manufaturas e fábricas. Os reformadores sociais utópicos que antecederam Lafargue, até a segunda metade do século XIX, apostavam no poder libertador do trabalho assalariado.

As análises da sociologia marxista, embora mudando o paradigma, observações críticas e conclusões, continuavam a apostar no poder libertador do trabalho, esperando e dando por cientificamente assentado que a classe trabalhadora fosse o sujeito detentor do poder transformador da sociedade, porque capaz de conhecer a sociedade desde o ponto de vista mais correto para conhecê-la, ou seja, o de alguém que nada tem a perder. O proletariado teria por isso a vocação, como sujeito privilegiado da história, para instaurar a nova sociedade à altura do progresso técnico.

Quanto a esta tese, Lafargue parece ser inteiramente fiel à sua orientação marxista:

E não obstante, o proletariado, a grande classe que abrange a todos os produtores das nações civilizadas, a classe que, ao emancipar-se, emancipará a humanidade do trabalho servil e fará do animal humano um ser livre, o proletariado, traindo os seus instintos, esquecendo-se da sua missão histórica, deixou-se perverter pelo dogma do trabalho. Dura e terrível foi a sua punição. Todas as misérias individuais e sociais nasceram da sua paixão pelo trabalho. (Lafargue, 2003, p.23)

As fábricas modernas tornaram-se casas ideais de correção onde as massas operárias são encarceradas, onde se condenam a trabalhos forçados, durante 12 e 14 horas, não só os homens, como também as mulheres e as crianças.

Tal é a lei inexorável da produção capitalista. Porque, por prestarem atenção às falaciosas palavras dos economistas, os

proletários se entregaram de corpo e alma ao vício do trabalho, precipitam toda a sociedade numa dessas crises de superprodução que convulsionam o organismo social.(Lafargue, 2003, p.37)

A superprodução e a superabundância de mercadorias aviltam ainda mais o trabalho e a vida da classe trabalhadora no mundo capitalista, criando a crise que os mais fracos suportam, carregam sobre os ombros, e são os que sofrem mais:

Então, por haver superabundância de mercadorias e falta de compradores, as fábricas fecham as portas e a fome fustiga as populações operárias com o seu chicote de mil tiras. (Lafargue, 2003, p.37)

O pressuposto, ou melhor, a crença de que a salvação dos problemas da sociedade, como a miséria, a fome, a injustiça, só depende do crescimento econômico, ainda parece estar vivo hoje como ontem.

Os proletários, embrutecidos pelo dogma do trabalho, não compreendem que é o sobretrabalho que infligiram a si próprios durante o tempo da pretensa prosperidade a causa da sua miséria presente(...). (Lafargue, 2003, p.39)

No final do século XIX, no momento do auge da indústria e do progresso liderado pela burguesia, é a convicção dos operários, como hoje ainda é bastante generalizada a convicção de que com mais trabalho se resolvem os problemas de sobrevivência da população, do desejado bem-estar social, do desenvolvimento humano; quando apenas uma pequena atenção sem viseiras mostra a independência da riqueza com relação ao bem-estar da população; quando basta olhar sem preconceitos para ver que é preciso algo mais que a multiplicação dos produtos para garantir a dignidade dos produtores.

Em vez de aproveitar os momentos de crise para uma distribuição geral de produtos e uma manifestação universal de alegria, os operários, morrendo de fome, vão bater com a cabeça contra as portas da fábrica. Com rostos pálidos e macilentos, corpos emagrecidos, discursos lamentáveis, assediam os fabricantes: “(...) dêem-nos trabalho, não é a fome, mas a paixão do trabalho que nos atormenta!” (Lafargue, 2003, p.39)

É assim caracterizada de modo dramático a irracionalidade do sistema, que poderia extirpar grande parte de seus males, não fosse a teimosia em não ver suas verdadeiras causas.

E esses miseráveis, que mal têm forças para se manter em pé, vendem doze a catorze horas de trabalho duas vezes mais barato do que quando tinham trabalho durante um certo período. E os filantropos da indústria continuam a aproveitar as crises de desemprego para fabricar mais barato. (Lafargue, 2003, p.39)

Mais surpreendente ainda é que não são apenas os empresários conscientes de suas intenções de lucro e acumulação; também não são apenas os outros coadjuvantes burgueses da cena capitalista que defendem a manutenção da intensidade de trabalho e produção, mas sim, são os próprios explorados que resistem em ver a causa de sua miséria.

E, no entanto, apesar da superprodução de mercadorias, apesar das falsificações industriais, os operários entulham o mercado, implorando: trabalho! trabalho! (Lafargue, 2003, p.59)

Numa linguagem que associa a franqueza à ironia, e aponta que a superprodução tem efeitos negativos também sobre a classe ociosa, Lafargue procede à crítica da ideologia do trabalho e das recomendações de economistas e moralistas modernos, mas aspira mais, quer justificar uma transformação de consciência e da valoração do trabalho e do ócio pelos operários.

Sabe que é tarefa árdua tentar convencer o proletariado de que a ideologia do trabalho, de que está imbuído, é perversa, porque o trabalho desenfreado que o domina no século dezenove é “o mais terrível flagelo que já atingiu a humanidade”, e o trabalho só se tornará uma paixão útil à vida social quando for regulamentado e limitado a um máximo de três horas por dia.

Limitar-me-ei a demonstrar que, atendendo aos meios de produção modernos e à sua potência reprodutiva ilimitada, é preciso dominar a estranha paixão dos operários pelo trabalho e obrigá-los a consumir as mercadorias que produzem. (Lafargue, 2003, p.43)

O trabalho excessivo que vai colaborar para a superprodução, esta que, por sua vez, vai gerar a crise e despejar na rua multidões de trabalhadores, é claramente um vício, porque enfraquece e destitui o sujeito que o pratica. Além da jornada de três horas por dia, Lafargue sugere que o trabalho ocupe apenas seis meses no ano dos cidadãos produtivos.

Uma vez que o vício do trabalho está diabolicamente encravado no coração dos operários; uma vez que as suas exigências abafam todos os outros instintos da natureza; uma vez que a quantidade de trabalho exigida pela sociedade é forçosamente limitada pelo consumo e pela abundância de matéria-prima, por que razão devorar em seis meses o trabalho de todo o ano? (Lafargue, 2003, p.59)

A obsessão do trabalho é alimentada nos operários pelos discursos dos moralistas, dos economistas, dos sacerdotes que, em vez de reagir contra a aberração mental que consiste em deixar-se escravizar pela atividade produtiva a ponto de não encontrar mais tempo para a contemplação e para as boas coisas da vida, que incluem a convivência afetuosa na família e na comunidade, e a prática da religião, sacrossantificaram o trabalho:

Homens cegos e limitados, quiseram ser mais sábios do que o próprio Deus deles; homens fracos e desprezíveis, quiseram reabilitar aquilo que até mesmo o Deus deles amaldiçoara. Eu, que não professo o credo cristão, nem tenho posição econômica e moral como a deles, recuso-me a admitir as pregações dessa moral religiosa, econômica, livre-pensadora, considerando as terríveis conseqüências do trabalho na sociedade capitalista. (Lafargue, 2003, p.19)

Paul Lafargue se refere à Grécia antiga, quando trabalho e ócio recebiam a valorização contrária da tábua de valores moderna, sendo que os filósofos da Antigüidade ensinaram o desprezo pelo trabalho considerado como degradação do homem livre, e cantavam o ócio como presente dos deuses, sobre isto não tendo discordâncias.

Os filósofos antigos discutiam entre si sobre a origem das idéias, mas eram unânimes quando se tratava de abominar o trabalho. (Lafargue, 2003, p.81)

Lafargue refere uma especial resistência da valorização do ócio na cultura espanhola, o que não saberíamos dizer como se mantém em nosso tempo tão globalizado em seus valores e modos de vida, mas onde as diferenças culturais locais conseguem sobreviver:

Para os espanhóis, entre os quais o animal primitivo não está atrofiado, o trabalho é a pior das escravidões. (Lafargue, 2003, p.21)

Contudo, apesar da constatação da insana obsessão pelo trabalho generalizada nas classes espoliadas, Lafargue aponta perspectivas de emancipação por soluções revolucionárias; suas sugestões concretas vão no sentido da luta por menor jornada de trabalho, à medida que a classe trabalhadora reconheça o seu poder e o imponha. Hoje, quando o número proporcional dos trabalhadores industriais se encontra reduzido, o poder da classe operária se vê substancialmente atingido mas não desaparece.

Para forçar os capitalistas a aperfeiçoar as suas máquinas de madeira e de ferro, é preciso elevar os salários e diminuir as horas de trabalho das máquinas de carne e osso. (Lafargue, 2003, p.63)

A saída da armadilha em que as classes trabalhadoras foram presas, no trabalho alienado e aviltante, passa pela melhor utilização dos recursos que a tecnologia possibilita, pela integração do trabalho vivo humano com a potência produtiva das máquinas e, assim, pela diminuição drástica da jornada comum de trabalho.

Os proletários enfiaram na cabeça infligir aos capitalistas dez horas de forja e de refinaria; aí reside o grande erro, a causa dos antagonismos sociais e das guerras civis. Será necessário não impor o trabalho, mas proibi-lo. (Lafargue, 2003, p.69)

É requerida uma nova reforma da lei referente à jornada de trabalho, com drástica redução da jornada permitida. Ô quão longe está a proposta de Lafargue dos esforços de produção máxima instaurados nas experiências socialistas realmente existentes no século XX! A sugestão mais ousada, com certeza utópica porque ainda não real, mas ainda assim possível, é esta da jornada de três horas de trabalho, seis meses por ano,

para todos:

Se extirpando do seu coração o vício que a domina e avilta a sua natureza, a classe operária se erguesse com a sua força terrível, não para reclamar os Direitos do Homem, que não são senão os direitos da exploração capitalista, não para reclamar o Direito ao Trabalho, que não é senão o direito à miséria, mas para forjar uma lei de bronze que proibisse todos os homens de trabalhar mais de três horas por dia, a Terra, a velha Terra, tremendo de alegria, sentiria nela surgir um novo universo... Mas como pedir a um proletariado corrompido pela moral capitalista uma decisão viril? (Lafargue, 2003, p.76-77)

A proposta da jornada de três horas contida no manifesto de Lafargue, ainda hoje longe de realizar-se mas materialmente possível, corresponde ao conceito blochiano de utopia concreta. Mas a dúvida continua: onde se encontram os grupos de operários que se auto-reconheçam como essenciais ao sistema e por isso mantenham seu poder de convencimento, sua capacidade política de imposição de reformas, que tenham portanto a força para levar as situações na direção desta nova diminuição da jornada de trabalho? Esta necessária potência política faz parte das capacitações que o trabalhador de hoje precisa adquirir através de sua educação, de sua formação individual e coletiva.

O discurso inflamado de Lafargue se dirige diretamente aos operários de seu tempo e para convencê-los, como já vimos, não hesita em reclamar o pensamento dos filósofos antigos:

escutem a linguagem destes filósofos, que estão sendo escondidos de vocês com cioso cuidado: um cidadão que dá o seu trabalho em troca de dinheiro degrada-se ao nível dos escravos, comete um crime que merece anos de prisão. (Lafargue, 2003, p.83)

E para acordar os trabalhadores do encantamento pelo esforço escravo, o autor não se resume a evocar filósofos antigos da tradição pagã greco-romana, não hesita em evocar a herança cultural e moral da Bíblia, especialmente do Novo Testamento:

Cristo, em seu sermão na montanha, pregou a preguiça: “Contemplai o crescimento dos lírios dos campos; eles não trabalham nem fiam, e não obstante, digo-vos, Salomão, em toda a sua glória, não se vestiu com maior brilho”. (Lafargue,

2003, p.21, citando o Evangelho segundo São Mateus, cap.VI, 28-29)

Esta passagem evocada por Lafargue, onde o Evangelho cristão ensina que a contemplação religiosa tem precedência sobre a atividade inquieta, é confirmada em outra, no Evangelho segundo São Lucas, quando Jesus se encontra em visita às irmãs Marta e Maria, e sua resposta à pergunta de Marta esclarece que Maria escolhera “a melhor parte”:

Enquanto caminhavam, Jesus entrou num povoado, e certa mulher, de nome Marta, o recebeu em sua casa. Sua irmã, chamada Maria, sentou-se aos pés do Senhor, e ficou escutando a sua palavra. Marta estava ocupada com muitos afazeres. Aproximou-se e falou: “Senhor, não te importas que minha irmã me deixe sozinha com todo o serviço? Manda que ela venha ajudar-me!” O Senhor, porém, respondeu: “Marta, Marta! Tu te preocupas com muitas coisas; porém, uma só coisa é necessária, Maria escolheu a melhor parte, e esta não lhe será tirada”. (Lucas, 10,38-42)

A “melhor parte”, quer dizer, a parte da contemplação, da atenção prestada à palavra de Jesus, do ouvir atento, aquietado, dos ensinamentos do Senhor, da contemplação religiosa, onde se concentrou Maria, por oposição à inquietação e atividade com os trabalhos domésticos, em que se ocupa Marta.

Esta concentrada quietude a ouvir a palavra é uma das dimensões abertas pela vida menos agitada, do ócio em seu sentido mais elevado - pode-se dizer assim, de atividade espiritual, ou da contemplação, seja teórica ou teórica, que é impedida pela insana obsessão moderna do trabalho como por toda agitação.

Convite à revalorização da *skholé*

Na direção aberta pelas provocações de *O direito à preguiça*, situando-as nas condições de nosso tempo - de alto desenvolvimento da tecnologia e, ao mesmo tempo, diminuição, ou mesmo, em certas áreas, desaparecimento do emprego na indústria, na era da automação da produção e das comunicações, da cibernética e da robótica, que parecem confirmar as intuições de Lafargue, somos convidados a reconsiderar as possibilidades que se abrem à sociedade tecnológica, tomando a sério, como horizonte,

uma inversão da divisão do tempo de trabalho e do “tempo livre”, das novas formas de dar sentido à vida, de outro modo que pela solução moderna do trabalho como na sociedade industrial.

Por tudo isto, somos levados a sugerir que se pense sobre uma revalorização da *skholè* - palavra grega que quer dizer ócio e está na origem da palavra “escola”.

Atualmente, a ausência de trabalho não é vivenciada como possibilidade positiva de reflexão, recriação, estudo. O ócio, que pode ser criativo e possibilitar a dedicação às atividades consideradas pelos filósofos como as mais próprias do espírito humano, é alvo apenas de desaprovação e fonte de inquietude.

A diminuição do trabalho hoje, depois de vários séculos de doutrinação para a religião do trabalho, é sentida quase exclusivamente em seus aspectos negativos, como vulnerabilidade, dependência e insegurança, como desvantagem no plano do consumo e exclusão. A automação na indústria e a globalização terminam rapidamente com os empregos que se abriram com a industrialização, que ainda há pouco continuavam a abrir-se nos países de industrialização recente. O trágico deste processo de corte do emprego na indústria, do ponto de vista humano, é que se continua colocando o emprego estável como meta geral nas vidas pessoais.

Sendo assim, os que não podem ser integrados no novo mercado de trabalho, reduzido, “enxugado”, são excluídos do reconhecimento social, do respeito social como da capacidade de sobrevivência independente e, conseqüentemente, do respeito por si mesmos. É assim que se instala, para usar a expressão de Viviane Forrester, o “horror econômico”.

Na atual mutação das realidades econômicas nas sociedades pós-industriais, transformou-se a equação entre tempo de trabalho e tempo de lazer, entre ócio e atividade. A transformação tem se realizado de modo imprevisto, portanto, assusta e desperta desconfiança, quando não é mesmo explorada no sentido de alienação ainda maior.

Todavia, com maior consciência social e outras atitudes políticas, haveria a possibilidade de todos trabalharem menos podendo fazer melhor uso do tempo liberto da atividade produtiva, servindo-se assim à educação, à cultura, à felicidade coletiva e ao desenvolvimento humano.

Os planejadores e analistas de economia, bem como os políticos, parecem continuar negando-se a constatar a transformação inevitável. Os discursos continuam a

batalhar por mais emprego, sem que se percebam exatamente quais as finalidades de tal esforço, nem que se façam reconhecer as dimensões da mudança. Na evolução atual do mundo do trabalho, no entanto, algo parece não poder mais ser recuperado; a indústria não retrocederá dos avanços tecnológicos; e a maioria das pessoas terá de encontrar seu modo de inserção na vida comunitária, para o seu reconhecimento e sobrevivência, através de outros serviços, não-industriais.

O trabalho material e os serviços também sentem a influência das novas tecnologias, sendo preciso cada vez mais desenvolver-se em atividades da ordem das relações inter-pessoais, do cuidado social e pessoal, que incluem a dimensão do afetivo, do chamado “trabalho imaterial”. Segundo Hardt e Negri, são três os tipos de trabalho que impulsionam a pós-modernização da economia global:

A atividade fabril é vista como serviço, e o trabalho material da produção de bens duráveis mistura-se com o trabalho imaterial e se inclina na direção dele. O segundo é o trabalho de tarefas analíticas e simbólicas, que se divide na manipulação inteligente e criativa de um lado e nos trabalhos simbólicos de rotina do outro. Finalmente, a terceira espécie de trabalho imaterial envolve a produção e a manipulação de afetos e requer contato humano (virtual ou real), bem como trabalho do tipo físico. (Negri e Schvartz, 2004, p.314)

Está posto nas atuais circunstâncias, pois, um grande desafio aos humanistas, educadores, orientadores da opinião, aos que lideram o avanço do conhecimento, também no domínio das ciências humanas. A todos eles - ou melhor, a todos nós é exigido rever a ética do trabalho, repensar a ideologia da inserção social dos cidadãos enquanto trabalhadores, para resgatar o valor e o sentido de outras dimensões do viver humano e do viver em comum.

Só uma reconsideração corajosa e paciente dos diversos aspectos da situação, com um olhar sem preconceitos, sem teimar no ponto de vista das situações que desaparecem, deverão possibilitar que se encontrem novos rumos e formas positivas de enfrentar a mudança e, assim, consigamos evitar que as novas gerações sem “pleno emprego” venham a sentir-se menos humanas ou bem-sucedidas, porque sem participação ou reconhecimento, problema psico-social que pode também alimentar a violência dentro das sociedades.

Os mais comuns retratos da situação partem da constatação do que está faltando,

do emprego que falta e do novo desemprego que se acentua, como se a perda fosse ao mesmo tempo inevitável e terrível, porque de fato é uma mudança muito importante e desafiante, e como se não houvesse nenhum lado positivo a ser registrado ou a considerar-se pelo menos como esperança, na perspectiva do futuro.

Como todos lamentam o desaparecimento do emprego! Não teria sido assim também quando o trabalho evoluiu da servidão feudal para o emprego assalariado no capitalismo industrial? Não terá sido também assim quando pela abolição da escravidão no Brasil os negros foram lançados na estrada e se negaram aos empregos na recente indústria?

Segundo Viviane Forrester, as análises falam em crise do emprego, em crises do trabalho, quando seria mais adequado e verdadeiro falar em mutação, e não apenas mutação de uma sociedade, mas de uma civilização. Os contemporâneos participam de uma nova era, mas nem conseguem observá-la, nem admitem nem percebem que a era anterior desapareceu.

Nossos conceitos de trabalho e, por conseguinte, de desemprego, em torno dos quais a política atua (ou pretende atuar), tornaram-se ilusórios e nossas lutas em torno deles, tão alucinadas quanto as do Quixote contra os moinhos. (Forrester, 1997, p.7)

Estamos vendo uma realidade transformada sendo compreendida de modo falso por expectativas e categorias do período passado, sem que se consiga dar o passo para a compreensão e a boa relação dinâmica com a situação real, por sobrevivência dos conceitos válidos para a época anterior.

O sentido de “desemprego” é hoje inteiramente outro, mesmo em sociedades do chamado primeiro mundo. Não se trata mais de um período transitório que o operário atravessa, entre uma situação de emprego e outra, mas de uma mutação de caráter global, societário, em que os empregos não existem mais na mesma quantidade na área da produção material.

Parece evidente que, em defesa da saúde física e mental das populações jovens, é preciso proceder-se a uma revisão de valores e a uma reflexão coletiva sobre a ética que predomina, para suspender o juízo e pelo menos não marginalizar socialmente os que a economia marginalizou ou determinou à dependência.

Ócio e pensamento

Evidentemente, o manifesto de Lafargue tem um claro sentido prático dentro da luta política operária e não se trata em primeiro lugar de um elogio ao ócio em defesa da filosofia; contudo, este é um aspecto que eu gostaria lhe fosse acrescentado.

A ligação do ócio com a filosofia e o cultivo do pensamento a partir do espanto admirativo, parecem lugar-comum, quase um preconceito que tomou forma de provérbio, embora em círculos restritos: *do ócio nasce o filosofar*.

Esta ligação do ócio com a reflexão, contudo, em nosso tempo anda bastante esquecida; e quem em nossa época teve a coragem de fazer efetivamente o elogio do ócio, como Bertrand Russell, com certeza prezando a filosofia, não aspirou a convencer multidões.

Porém, diante da persistência da ética de trabalho burguesa, confrontada à realidade do novo desemprego, parece evidente que é preciso proceder-se a uma revisão de valores.

Para que pudéssemos, a exemplo dos filósofos antigos e medievais, voltar a ter apreço pela não-atividade em boa consciência, e para o recebermos como um dom que nos é possibilitado no bojo ou no avesso do progresso tecnológico, torna-se necessária uma inversão no plano dos “valores” modernos, uma verdadeira revolução ética ou “transvaloração”, conforme linguagem mais do gosto da moda filosófica.

A crítica do trabalho e a proposta de revalorização do ócio significaria uma revolução tão grande quanto o foi a inversa, da transformação do trabalho em valor moral e religioso, ocorrida não se sabe precisar exatamente em que momento da passagem para a idade moderna, possivelmente em combinação com a crítica do catolicismo na ótica da reforma protestante.

Para que esta trans-valoração possa ocorrer e, não é demais lembrarmos, ela só poderia ocorrer de modo “parcelar” e em movimento, em contínua modificação, é imensa a tarefa de todos os que se ocupam com a educação e a orientação das pessoas neste mundo em transformação, sobretudo das crianças, dos adolescentes, dos jovens, mas também dos adultos e ainda dos mais idosos.

O “horror econômico”, a armadilha do desaparecimento do emprego na indústria quando recém a escola começa a valorizar a profissionalização, exige uma nova educação e educação moral. A educação nas atuais circunstâncias não é tarefa simples,

pois não pode continuar a ser o que foi na tradição nem pode transformar-se no que pretendia tornar-se ainda há pouco, como escola ativa e educação para o trabalho na produção material.

Enquanto Lafargue detectava que, para poder estabelecerem-se as três horas de trabalho para todos em seis meses por ano, tinha-se o problema educacional de educar a burguesia para o trabalho e a sabedoria, educando para o ócio e o consumo o proletariado doente de supertrabalho e abstinência, hoje em dia o problema se coloca, na compreensão de De Masi, de modo um tanto diferente:

Embora a globalização tenda a uniformizar os modos de vida pelo planeta, em nosso tempo se trataria de reeducar a população de alta renda nos países ricos para viver bem e redescobrir as virtudes do ócio, enquanto em algumas regiões do planeta é ainda necessário educar a massa de pobres para aprender a trabalhar. (De Masi, 2001, p.33).

Descobrir as virtudes do ócio exige também entender em que o ócio pode servir à humanização. Esta é uma perspectiva de pesquisa que devemos desenvolver com empenho, revisando com atenção e cuidado o conceito de humano, humanidade, humanização, que as novas situações tão mudadas chegam a colocar em dúvida.

A propósito do que pode servir à humanização um tempo que exceda a atividade de produção, vale retornar à interpretação de Hannah Arendt, de sua apresentação do conceito de *vita contemplativa* por oposição ao de *vita activa* (Arendt, 1981, p.23) tais como tiveram vigência na cultura e na história ocidental, incluindo a consideração da história da filosofia e a do pensamento religioso.

A apresentação de Arendt dá-nos o que pensar também sobre os desafios que estão postos em nosso tempo para as pessoas que desejam colaborar para minorar o sofrimento causado pela atual mutação na civilização industrial.

De modo inspirado e cuidadoso, Hannah Arendt apresenta a sua maneira de ver a evolução da escala de valores dividida entre ação e contemplação, da Grécia homérica à platônica, depois, de Aristóteles a Agostinho, que atravessou o período medieval até a sua modificação nos tempos modernos; e acentua, na concepção grega, o caráter de ação política da vida ativa, contraposta ao ócio da vida contemplativa, portanto, Arendt acentua a contraposição entre a filosofia e a política.

*A expressão **vita activa**, compreendendo todas as atividades humanas e definida do ponto de vista da absoluta quietude da contemplação, corresponde, portanto, mais à **askholia** grega*

(“ocupação”, “desassossego”) com a qual Aristóteles designava toda atividade, que ao **bios politikos** dos gregos. (Arendt, 1981, p.23)

A propósito, a autora nos esclarece em nota de rodapé na mesma passagem:

A palavra grega skholè, como a latina otium, significa basicamente isenção de atividade política e não simplesmente lazer, embora ambas sejam também usadas para indicar isenção do labor e das necessidades da vida. De qualquer modo, indicam sempre uma condição de isenção de preocupações e cuidados. (Arendt, 1981, p.23)

Apesar de nos posicionarmos de maneira positiva ante a *vita contemplativa* que inclui a atividade teórica, a concentração na ciência pura e na arte - o lúdico, o jogo, a festa e a criação artística, convém não deixar de perceber que em nosso tempo tudo tende a se transformar em neg-ócio, e a mais pura das artes pode ser submetida às regras de mercado e a lógica comercial. E assim, o que é contrário de tal forma se assemelha que pode ser visto também o ócio como neg-ócio, contrariando o sentido das nossas observações.

Para terminar esta nossa breve e provisória apresentação do sonho de Lafargue de uma sociedade de operários que superem a obsessão do trabalho alienado e se dêem o direito ao descanso e ao ócio prazeroso, cabe ainda dizer pelo menos algumas poucas frases que indiquem o lugar de onde falamos. Cabe exercitar pelo menos brevemente um olhar brasileiro sobre a questão da diminuição do trabalho e do aumento material do tempo livre prometidos pelas análises dos sociólogos contemporâneos da economia do trabalho e do ócio.

Temos no horizonte uma promessa de civilização que se parece menos com a utopia da modernidade, do trabalho planejado nos detalhes, tanto no estilo da ilha fantástica de Thomas More como no do falanstério libertário de Charles Fourier, ambos repletos de atividade produtiva; muito embora em ambos as jornadas devessem ser reduzidas porque melhor distribuídas - naquele, por meio de renúncia e disciplina e, neste, por meio do respeito às paixões e ao prazer.

Um olhar brasileiro nos leva a ver com compreensão particular o lado positivo da diminuição e do anunciado desaparecimento do emprego na indústria. Se fomos pegos na armadilha da desesperança e da angústia pela diminuição do trabalho é porque, de

um lado, não enfrentamos como devíamos ainda a questão da distribuição, tanto das riquezas como também do próprio trabalho necessário; de outro, é porque nos deixamos contagiar com a mentalidade do trabalho própria da época industrial, do sistema capitalista, ligados à ideologia do cristianismo ascético da ética puritana, que nos foi transmitido no bojo do *american way of life* que recebemos pela invasão cultural do cinema e das influências dos meios de comunicação em massa

Na terra do carnaval, do futebol, de todos os esportes que cativam as multidões e conquistam também aquelas dos outros países centrais como se foram tão importantes quanto as grandes causas dos tempos modernos; na terra da música cadenciada e das telenovelas que se fazem cantar e contar em todas as línguas por todos os quadrantes da Terra, não deveria assustar o aviso do fim dos empregos nas indústrias de bens materiais.

Não nos deveríamos assustar demais com este aviso porque há entre nós talento e prazer em transformar em trabalho as artes da festa e do lazer; porque encontramos mesmo nelas meios de subsistência; assim como também, em nosso país mais que em outros, parece haver menos preconceito e inquietude por deixar invadir nossas vidas pelo tempo não controlado da liberdade, do descanso, do ócio, que é abertura para a diversão e também para a filosofia.

Nosso lado Macunaíma é real. Façamos dele virtude, força para inventar o novo e o melhor; chance de encontrar um modo de vida mais humano e mais justo, que nos devemos; para superar as obsessões aviltantes, como a “religião do trabalho” marcada pela hipocrisia porque alimentada pela exploração, pelo sangue dos outros.

Referências

Arendt, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro / São Paulo: Forense /EdUSP, 1ª.ed.1981.

Bloch, Ernst. *O princípio esperança* (Vol. I, II e III). Rio de Janeiro: Contraponto, 2005-2006.

Chauí, Marilena. Introdução, in: Lafargue, Paul: *O direito à preguiça*. São Paulo: EdUnesp / Hucitec, 2000.

Forrester, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: EdUNESP, 1997.

Hardman, Francisco Foot. Introdução: Trabalho e lazer no movimento operário, in: Lafargue, Paul: *O direito à preguiça*. Trad. J. Teixeira Coelho Netto. *A religião do capital*. São Paulo: Kairós, 1983(1ª ed. 1980).

De Masi, Domenico. *A economia do ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

Lafargue, Paul. *Le droit à la paresse*. Paris: Allia, 2005 (1ª ed.1999).

_____ (referência de outros trabalhos utilizados).*Le droit à la paresse*. Paris: François Maspéro, 1977 (1ª ed.1965).

_____ *O direito à preguiça*. Trad. J. Teixeira Coelho Netto. *A religião do capital*. São Paulo: Kairós, 1983 (1ª ed.1980).

_____ *O direito à preguiça*. Trad. J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: EdUnesp / Hucitec, 1999.

_____ O direito ao ócio. Trad. Carlos Irineu W.da Costa. In: De Masi, Domenico (org. e introd.): *A economia do ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

_____ *O direito à preguiça* (ed.bilíngüe). Trad. Otto Lamy de Correa. São Paulo: Claridade, 2003.

Matos, Olgária. A dignidade da preguiça, a dignidade humana. Prefácio, in: Lafargue: *Direito à preguiça*. São Paulo: Claridade, 2003.

Negri, Antonio/ Hardt, Michael. *Império*. Record: Rio de Janeiro / São Paulo, 2004.

Russell, Bertrand. O elogio ao ócio. Trad. Pedro Jorgensen Júnior. In: De Masi, Domenico(org.e introd.): *A economia do ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

Vigil, Constancio. *El Erial*. Buenos Aires: Argentina, 1959 (25ª edição).

Weber, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Cia. Das Letras, ed. 2004 (reimpr. 2006).